

Por que a arrecadação de impostos segue sem reação?

O bom resultado do PIB do Brasil no primeiro trimestre foi puxado pela agropecuária e pelas exportações, setores que tipicamente arrecadam menos para o governo.

Mercado de trabalho gaúcho segue desaquecido

Os números de emprego do RS estão relativamente melhores, mas ainda distantes dos níveis pré-crise.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Por que a arrecadação de impostos segue sem reação?

O bom resultado do PIB do Brasil no primeiro trimestre foi puxado pela agropecuária e pelas exportações, setores que tipicamente arrecadam menos para o governo.

A crise das finanças públicas representa um dos principais pontos de fragilidade da economia brasileira no momento. Isso porque no acumulado dos últimos 12 meses até maio, o déficit primário atingiu R\$ 145,1 bilhões, rombo que mantém a trajetória da dívida pública em forte ascensão, dada a baixa dinâmica da atividade econômica. Como resultado, a taxa neutra de juros, ou seja, aquela que não provoca pressões inflacionárias, deverá sofrer pressões cada vez mais intensas de alta, constituindo um fardo ainda maior sobre o potencial de crescimento.

O ajuste fiscal pode ser feito por duas formas: redução das despesas e/ou aumento da arrecadação. Com relação ao primeiro, muito pouco se viu até o presente momento. Os gastos primários, ou seja, todos aqueles com exceção do pagamento de juros da dívida, apresentam grande resistência à queda. Isso ocorre porque a margem fiscal, ou seja, o espaço que o governo federal tem para interferir no orçamento é limitado a apenas 9% do total, fruto das vinculações legais ou constitucionais.

Entretanto, o objetivo aqui é analisar com mais detalhe o comportamento das receitas. Nos acumulados do ano entre janeiro e maio, houve crescimento real (excluindo o efeito da inflação medida pelo IPCA) de apenas 0,35% da arrecadação de impostos federais. Sabe-se que as mesmas são pró-cíclicas, ou seja, apresentam elevada correlação com o nível de atividade. Quanto menor for o número de transações de bens e serviços finais, menor é a arrecadação ao longo das cadeias produtivas e na sua comercialização. Ademais, quanto menor é o emprego formal, menores são contribuições patronais e dos trabalhadores.

A Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, em relatório publicado no mês de abril, fez uma consideração importante sobre a relação entre arrecadação de impostos e atividade econômica. Os autores do estudo chegaram a conclusão de que o grande motor da primeira é a absorção doméstica, ou seja, o consumo das famílias e os investimentos, e menos relacionada ao PIB, que inclui além dos gastos do governo o setor externo (diferença entre exportações e importações).

Essa observação é interessante para responder o porquê a arrecadação de impostos seguiu sem reação no primeiro trimestre de 2017, mesmo com o bom resultado do PIB. Vale lembrar que o total de bens e serviços finais produzidos registrou avanço de 1,0% em comparação com o quarto trimestre de 2016, na série com ajuste sazonal: o primeiro crescimento desde o último trimestre de 2014 (+0,3%) e o maior valor nessa base de comparação desde o segundo trimestre de 2013 (+2,3%), de acordo com o IBGE.

A resposta está nos vetores que proporcionaram esse

incremento. O primeiro deles é o setor primário, fruto da supersafra que deverá provocar aumento da produção de 25,6% em comparação com a anterior, segundo as projeções. É de conhecimento comum que a agropecuária é um setor tipicamente menos tributado em relação aos demais. No levantamento feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), com base nos dados da Receita Federal do IBGE, a agropecuária e a indústria extrativa apresentaram carga tributária de 6,3% de sua produção em 2015, valor muito inferior à média do total da economia (28,2%), do comércio (37,0%) e da indústria de transformação (47,4%). Vale lembrar que os impostos levados em consideração pelo estudo são o PIS/COFINS, INSS e ICMS, descontados os subsídios.

O segundo diz respeito às exportações, cuja legislação garante desoneração de vários impostos. As vendas externas vêm sendo catapultadas em 2017 pelas *commodities*, a partir da recuperação dos preços. Na separação por fator agregado, os preços em dólares dos produtos básicos embarcados pelo Brasil no acumulado do ano até abril em comparação com o mesmo período do ano anterior cresceram 35,3%. Para os demais grupos também houve aumento, como em Combustíveis (+71,2%), Semimanufaturados (+19,7%) e Manufaturados (+7,9%).

E o que esperar para arrecadação com base nos elementos da absorção doméstica? Em primeiro lugar, o consumo das famílias deve permanecer enfraquecido, uma vez que o mercado de trabalho ainda deve demorar a apresentar resultados consistentes. Já os investimentos tendem a ser prejudicados pela interrupção do processo de aumento dos índices de confiança, oriunda da incerteza política provocada pela crise política e pela recuperação ainda lenta da economia.

A dificuldade de promover ajustes pelo lado da despesa é notória. Isso se deve à dificuldade na aprovação de reformas, como a da Previdência, e o aumento de despesas contratadas para os próximos anos, envolvendo, por exemplo, os reajustes de algumas categorias do funcionalismo público. Nesse cenário, as alternativas restantes ao governo são bastante nocivas para o equilíbrio macroeconômico e para a atividade.

A primeira envolve o aumento da carga tributária. Outra possibilidade é a impressão de moeda. Nesse caso, como existe a expectativa de redução da meta de inflação em 2019, os juros deverão ser ainda mais altos para o cumprimento do objetivo. A terceira diz respeito ao aumento no ritmo de endividamento. Resta evidente, portanto, que medidas pelo lado dos impostos são apenas paliativas, e que o que o problema só será equacionado através da modificação da estrutura da despesa.

Mercado de trabalho gaúcho segue desacelerado

Os números de emprego do RS estão relativamente melhores, mas ainda distantes dos níveis pré-crise.

A economia do Rio Grande do Sul fechou 12,4 mil postos de trabalho formal em maio de 2017, conforme os dados do CAGED divulgados na última terça-feira (20/06) pelo Ministério do Trabalho. Foi o segundo mês consecutivo onde os desligamentos superaram as contratações, após três meses de resultados positivos. Esse movimento de contratações nos primeiros meses do ano seguido de dispensas é típico da sazonalidade da economia gaúcha, principalmente em função da mobilização em torno das safras colhidas no verão (sobretudo tabaco e soja).

O resultado é um pouco melhor na comparação com maio do ano passado, onde foram perdidas 15,4 mil vagas (após os ajustes com as declarações fora do prazo), completando o 14º mês consecutivo de melhora nesse tipo de confronto. Mesmo com o desfecho negativo no mês, o pior entre os estados brasileiros, no acumulado do ano o saldo ainda é de criação de 10,4 mil empregos. Contudo, nos últimos 12 meses, a perda de vagas no estado chega aos 40,6 mil postos.

Todos os grandes setores da economia fecharam vagas em maio. O resultado mais negativo foi verificado na Indústria (-5,5 mil), que teve seus quatro subsetores perdendo empregos: Transformação (-4,4 mil), Construção (-884), Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP (-216) e Extrativa (-35). Entre os 24 segmentos que compõem a Transformação, 16 apresentaram fechamento de vagas, com destaque para Couro e Calçados (-2,1 mil), Alimentos (-1,6 mil) e Outros equipamentos de transporte (-335). Por outro lado, os melhores desempenhos – mesmo que pouco expressivos – foram verificados em Químicos (+173), Borracha e Plástico (+135) e Vestuário e Acessórios (+128).

Ainda em termos setoriais, no acumulado dos últimos 12 meses, a Indústria (-27,3 mil) segue com o pior resultado entre os grandes setores. A principal influência negativa para o setor secundário veio da Transformação (-10,7 mil), com destaque negativo para os segmentos de Outros equipamentos de transporte (-5,2 mil), Alimentos (-2,4 mil) e Móveis (-2,1 mil). Por outro lado, alguns segmentos ensaiam alguma recuperação no emprego e apresentaram saldo positivo de vagas, como Tabaco (+1,7 mil), Têxteis (+320) e Borracha e Plástico (+282).

Outra atividade bastante afetada pela crise e que ainda não aponta sinais de recuperação do emprego é a Construção (-10,7 mil), que teve perda em seus três ramos: Construção de edifícios (-7,3 mil), Serviços especializados para construção (-2,2 mil) e Obras de infraestrutura (-1,2 mil).

Se a situação atual do mercado de trabalho não é favorável nos dois principais setores da indústria do Rio Grande do Sul, as perspectivas para o curto prazo não

indicam uma melhora no cenário de contratações. De acordo com a Sondagem Industrial do RS, conduzida pela UEE/FIERGS, as expectativas dos empresários apontam para queda no número de empregados nos próximos seis meses: o índice caiu de 49,2 para 48,9 pontos entre abril e maio, em que valores abaixo dos 50 pontos expressam perspectiva de redução no número de funcionários na indústria.

O mesmo cenário se observa na Sondagem da Construção do RS, também divulgada pela UEE/FIERGS, onde os dados revelam expectativa de queda no emprego para o mesmo horizonte: o índice passou de 49,8 pontos em abril/17 para 47,9 pontos em maio/17, ficando abaixo da linha de estabilidade.

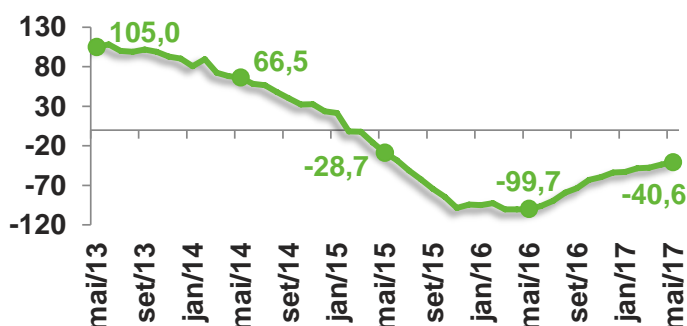
Em suma, o que se observa no mercado de trabalho gaúcho nos últimos meses é uma melhora relativa frente ao desastre ocorrido nos anos de 2015 e 2016, onde cerca de 150 mil empregos foram perdidos. Ou seja, os números estão cada vez menos piores, mas ainda distantes de voltarmos aos níveis de empregos anteriores à crise. Somente com a retomada consistente da atividade econômica, a qual está condicionada ao andamento de uma agenda de reformas que melhorem o ambiente de negócios no país, é que os empresários se sentirão mais seguros em investir e retomar as contratações.

Geração de empregos formais – RS

(Saldo líquido em número de vagas)

	mai/17	Acum. jan-mai/17*	Acum. 12 meses*
Agropecuária	-3.285	68	1.307
Indústria	-5.495	14.599	-27.340
Extrativa	-35	-130	-491
Transformação	-4.400	15.643	-15.083
SIUP	-216	-463	-1.025
Construção	-844	-451	-10.741
Serviços	-3.580	-4.304	-14.590
Comércio	-2.372	-4.796	-2.800
Outros Serviços	-1.208	492	-11.790
TOTAL RS	-12.360	10.363	-40.623

Saldo acumulado em 12 meses (Mil) – RS



Fonte: CAGED/MTb. *Inclui as declarações fora do prazo.